



INTERNACIONAL MÉDIO ORIENTE



Diplomacia A normalização da relação diplomática entre Riade e Teerão é uma derrota para os Estados Unidos e Israel

Acordo de conveniência entre sauditas e iranianos

MARGARIDA MOTA

Não haverá muitas rivalidades no mundo tão amplas e antigas como a que opõe Arábia Saudita e Irão. Frente a frente estão um reino árabe que professa uma matriz sunita fundamentalista do islão e uma república islâmica, assente numa interpretação xiita radical, herdeira da civilização persa. A força destas identidades contamina países vizinhos, origina guerras por procuração e torna a estabilidade no Médio Oriente uma quimera.

Ora, dois territórios declaradamente inimigos há quase 1400 anos — quando se deu o cisma entre sunitas e xiitas — não se tornam amigos da noite para o dia. Anunciada a normalização da relação diplomática entre Riade e Teerão, dia 10, sobram interrogações acerca do que a motivou.

“Arábia Saudita e Irão estão a sair da esfera de influência ocidental e, no que toca à Arábia Saudita, da esfera dos Estados Unidos”, diz ao Expresso o investigador Tiago André Lopes, do Instituto do Oriente. “E estão a posicionar-se, por dependência energética, mais próximos da China”, mediadora deste diálogo.

Estes países tinham as relações congeladas desde 2016, na sequência da decapitação de um clérigo xiita saudita, crítico do regime de Riade. No Irão houve protestos, invasão da embaixada saudita e promessas de “vingança divina” por parte do líder supremo, *ayatollah* Ali Khamenei. Há algum tempo, contudo, que ambos queriam voltar a página das hostilida-

des, sufocados por problemas económicos e despesas extra decorrentes da guerra no Iémen — onde Teerão apoia os houthis (grupo xiita que tomou o poder pela força) e Riade lançou uma ofensiva com o intuito de os depor.

Dois anos a negociar

“As negociações começaram há dois anos, com mediação do Iraque. Enquanto isso, Omã acolheu conversações entre os houthis e uma delegação saudita. O diálogo começou porque as partes precisavam de chegar a acordo. O aumento da tensão não correspondia aos seus interesses”, diz ao Expresso Javad Heirannia, do Centro do Médio Oriente, de Teerão.

O acordo está muito longe de ser uma parceria estratégica ou tratado de amizade e cooperação. Tem um período de carência de dois meses e prevê apenas a reativação dos canais diplomáticos. “As grandes questões de fundo, as diferenças ideológicas, não vão ficar resolvidas. O que se resolve é a abertura das embaixadas”, explica Tiago André Lopes.

“Não interessa à Arábia Saudita nem ao Irão terem demasiadas frentes abertas. Interessa-lhes fechar esta frente, porque o que os separa continuará a separá-los”, continua o professor da Universidade Portucalense, para quem é claro que ambos buscam “um consenso no que toca aos teatros que estão abertos por causa desta confrontação: Iémen e Líbano”.

Irresolúvel do ponto de vista militar, a guerra no Iémen está num impasse há anos. Em abril de 2022, as partes comprometeram-se com um cessar-fogo, que expirou em outubro. Desde então, mesmo sem renovação formal, a trégua não colapsou, indiciando a vontade de pôr ponto final ao conflito.

Já o Líbano, sem viver em clima de guerra aberta, parece muitas vezes à beira desse precipício, com um sistema político retalhado por 18 grupos confessionais — entre os quais os xiitas do poderoso Hezbollah, apoiado pelo Irão —, uma economia falida e uma sociedade fragilizada pela corrupção. “As diferenças entre Irão e Arábia Saudita criaram um impasse político no Líbano, que não produziu resultados para os dois países e respetivas forças aliadas”, comenta Heirannia.

O potencial estabilizador desta aproximação consagra a mediadora China. Para lá dessa demonstração de poder, duas circunstâncias precipitaram a convergência entre os dois gigantes geopolíticos do Médio Oriente: o programa nuclear iraniano e o aperto económico saudita.

Recentemente, a Agência Internacional de Energia Atómica revelou que inspetores encontraram, na central iraniana de Fordow, “partículas” de urânio enriquecido a 83,7%, muito próximo dos 90% necessários para a produção da bomba atómica. De nada serviu mais de um ano de negociações em Viena com vista à reativação do acordo internacional sobre o programa nuclear do Irão (JCPOA), de 2015,

ARÁBIA SAUDITA E IRÃO BUSCAM CONSENSO NOS TEATROS ABERTOS PELO CONFRONTO ENTRE AMBOS: IÉMEN E LÍBANO



Mediação da China confirma ambição política de Xi

Depois de Pequim mediar negociações entre sauditas e iranianos, Xi Jinping segue para Moscovo na próxima semana

Após sete anos de relações cortadas, Irão e Arábia Saudita retomam laços. As negociações foram mediadas por Pequim e o anúncio das pazes deu-se no dia em que se oficializou o terceiro mandato de Xi Jinping como Presidente da China. O acordo resultou de iniciativa sua para “apoiar o desenvolvimento de boas relações de vizinhança”, indicaram os três países num comunicado conjunto. Desde 2021 houve várias rondas de negociação, maioritariamente mediadas pelo Iraque e Omã. Desta vez, duraram cinco dias.

William Hurst, professor de Desenvolvimento Chinês na Universidade de Cambridge, considera “notável” que a China tenha assumido o papel de mediador. “Poderia fazê-lo em muitas outras partes do mundo, onde tem boas relações com Estados que não confiam uns nos outros. Mas não é algo que por norma esteja confortável a fazer”, escreveu em resposta ao Expresso. Pequim pode estar, ainda assim, a preparar-se para mudar de atitude. O porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês prometeu, terça-feira, continuar a contribuir com propostas para a paz no Médio Oriente e “desempenhar o papel de país responsável” no processo.

Wang Wenbin indicou que Pequim quer cada vez mais países a aderir à iniciativa global de segurança — conceito divulgado pela China em fevereiro — na procura de paz. A ideia é que se dê resposta às preocupações de segurança de todos os países, com respeito pela soberania e integridade territorial. Para Pequim, nem guerras nem sanções são solução.

Horizonte 2045

Entre o Irão e a Arábia Saudita, o papel da China manteve-se secreto até sexta-feira. “O único sinal que havia e há é a ambição chinesa de ser a maior potência económica em 2045. A isso acresce ter de ser uma grande potência política e militar. O acordo de princípios que propôs para a Ucrânia já mostra a ambição de se substituir aos Estados Unidos nos aspetos económico, político e militar”, afirma Maria João Tomás, professora no ISCTE, ao Expresso. A seu ver, a China mostrou ambição “de ser politicamente uma potência mundial que consiga moderar conflitos”. Acrescem os interesses económicos de Pequim na região. Segundo a Comissão de Negócios Estrangeiros da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, 28,5% do investimento chinês no âmbito da iniciativa da Nova Rota da Seda em 2021 foi para o Médio Oriente e Norte de África. A China é o principal importador de petróleo da Arábia Saudita e do Irão.

“É um sinal ou um produto da influência crescente da China na região, mas não marca necessariamente uma nova era ou um momento decisivo para a China”, descreve Robert Mogielnicki, do Instituto Árabe dos Estados do Golfo em Washington. Numa refe-

rência ao vencedor do Óscar de Melhor Filme na cerimónia do passado domingo, destacou que “a China não é ‘tudo em todo o lado ao mesmo tempo’ no Médio Oriente”, e que a sua relação varia consoante os países da região.

Para Mogielnicki, o objetivo de Pequim não é substituir Washington. Assumiu a mediação por ter encontrado “uma via em que tinha vantagem para exercer influência na região, a par dos Estados Unidos”. O estudioso nota que o acordo reduz as tensões e a probabilidade de conflito a curto prazo, o que beneficia a China na gestão de relações com o Irão e a Arábia Saudita.

Do Médio Oriente à Rússia

“A intermediação deste acordo é a forma de a China se mostrar capaz de ter impacto tangível na região, além do campo económico. Até certo grau indica presença e vontade crescente de desempenhar um papel além do puramente económico. Ao mesmo tempo, é algo que a China tem feito. Tem procurado oportunidades há algum tempo”, disse ao Expresso.

Numa publicação do *think tank* norte-americano Atlantic Council, o especialista Michel Duclos mostra-se prudente. Apesar de considerar “prematura” tirar conclusões, explica que a China “aparenta estar numa boa posição” para preencher uma lacuna. “Podemos considerar plausível que vários países do Médio Oriente

As movimentações diplomáticas envolveram a visita a Pequim do Presidente da Bielorrússia

estejam à espera de mediação externa que não venha do Ocidente — devido a desilusões com as políticas dos Estados Unidos e países ocidentais — nem da Rússia — por causa da Ucrânia”, analisou Duclos.

A Reuters noticiou que há planos para Xi se encontrar com o Presidente russo Vladimir Putin na Rússia na próxima semana. Quando, há apenas algumas semanas, o diplomata chinês Wang Yi se encontrou com o ministro dos Negócios Estrangeiros russo, Sergei Lavrov, frisou a necessidade de criar condições para negociações e uma resolução para o conflito.

As movimentações no campo internacional envolveram uma visita a Pequim do Presidente bielorrusso, Alexander Lukashenko, aliado da Rússia. “Não se entenda que esta ida de Xi à Rússia seja para dar apoio militar”, interpreta Maria João Tomás.

Mogielnicki olha para o comportamento da China como dando “um certo grau de credibilidade à atitude que é benéfico” manter relações com diferentes países, ainda que sejam rivais estratégicos ou estejam em conflito. “Perpetua a mensagem que muitos destes Governos estão a tentar passar de que é melhor seguir uma posição de política externa mais neutra.”

SALOMÉ FERNANDES
sfernandes@expresso.imprensa.pt

ferido com gravidade pela retirada dos EUA ordenada por Donald Trump. E as sanções com que Washington tentou vergar Teerão não impediram o desenvolvimento do acordo.

Estados Unidos são descartáveis

Separada do Irão pelo Golfo Pérsico, a Arábia Saudita percebeu que a melhor garantia de segurança perante o vizinho nuclear é minimizar os riscos de conflito. Por outro lado, Riade luta com dificuldade para concretizar o plano de reformas “Visão 2030”, que visa diversificar a economia do país e dotá-la de novas fontes de receitas. “A Arábia Saudita está a braços com uma grave crise económica, continua muito dependente de recursos petrolíferos e com muita dificuldade em adaptar-se às economias sustentáveis. Tirando o turismo religioso, não tem alternativas. Não pode continuar a ter orçamentos de defesa e a apoiar uma série de movimentos” fora do país, refere Tiago André Lopes.

Acresce a dimensão de segurança e ausências do amigo americano. “Mesmo durante a era Trump, a Arábia Saudita não conseguiu convencer Washington a lançar um ataque contra o Irão a seguir ao atentado dos houthis contra duas refinarias da Aramco”, diz Heirannia. Essa investida, em setembro de 2019, reduziu para metade a produção da empresa estatal saudita e provocou uma subida global dos preços do petróleo.

Por outro lado, continua o iraniano, “a pressão de Riade sobre Washington para incluir a política regional do Irão nas negociações com vista à reativação do JCPOA deu em nada. Os sauditas concluíram que, para evitarem mais gastos, deviam resolver as diferenças com o Irão.” Acrescen-

ta o português: “A Arábia Saudita percebeu que, no jogo das superpotências, os Estados Unidos são, hoje, descartáveis.”

A necessidade de fechar frentes de conflito é partilhada pelo Irão, castigado há anos por sanções que penalizam a exportação de petróleo e a braços com protestos antirregime que só conseguiu conter após começar a enforçar manifestantes. Para os EUA, a atuação de Teerão foi fácil de encaixar, já que os dois países não têm relações diplomáticas desde a Revolução Islâmica de 1979. Já o ímpeto saudita surpreendeu em toda a linha. “A Administração Biden está a colher os erros da Administração Obama”, e da sua estratégia relativa à primavera árabe, diz Tiago André Lopes. “Nos últimos dois anos, assistimos [na Tunísia] ao colapso do pouco que a primavera árabe trouxe.”

Doze anos depois, está à vista que “o grande vencedor da primavera árabe é a Rússia. Conseguiu entrar de novo no Médio Oriente, foi o único Estado que fez apostas — na Síria — e, grosso modo, venceu-as”, prossegue, frisando que “quem a Rússia apoiou não caiu”. Simbolicamente, Bashar al-Assad visitou Vladimir Putin, no Kremlin, quarta-feira, 12^o aniversário do início da guerra na Síria.

O derrotado na aproximação entre sauditas e iranianos, além dos EUA, é Israel, para quem o Irão é uma ameaça existencial e a Arábia Saudita era um possível futuro signatário dos Acordos de Abraão. Este compromisso, com o qual o Estado judeu vinha abrindo brechas no seu isolamento regional, em nada se diferenciava de uma coligação anti-Irão. Resta saber que réplicas se farão sentir após o abalo que foi o acordo Riade-Teerão.

mnota@expresso.imprensa.pt

A notícia sobre um acordo crucial, num jornal iraniano

FOTO: ATTA KENARE/AP/GETTY IMAGES